

Soc.

Professor: Larissa Rocha
Gui de Franco
Monitor: Debora Andrade



Este conteúdo pertence ao Descomplica. Está vedada a cópia ou a reprodução não autorizada previamente e por escrito. Todos os direitos reservados.

RESUMO

Direitos humanos

A ênfase moderna na cidadania como posse de direitos e no papel do Estado como garantidor desses direitos deu origem e força à ideia de direitos humanos, isto é, de que existem determinados direitos, determinadas prerrogativas básicas, que todo ser humano tem simplesmente por ser humano, apenas por sua natureza e não por uma condição específica do sujeito. Tais direitos seriam, assim, universais, além de inalienáveis. Valeriam para negros, brancos, indígenas e mestiços, gordos e magros, altos e baixos, homens e mulheres, ocidentais e orientais, europeus, africanos, americanos e asiáticos, cristãos e muçulmanos, ateus e agnósticos, umbandistas e hindus, bandidos e homens honestos. Todos, sem exceção, cabendo ao Estado, como sua tarefa máxima, promover e defender esses direitos.

Formulada originalmente por John Locke ainda no século XVII e encampada por toda a tradição liberal desde cedo, a ideia de direitos humanos foi sendo conduzida ao status de padrão da ordem política por meio de sucessivos processos revolucionários em todo o mundo. São testemunhas disso a *Bill of Rights*, documento da Revolução Gloriosa, a *Declaração de Independência dos Estados Unidos*, fruto da Revolução Americana e a *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão*, forjada na Revolução Francesa. Finalmente, com a *Declaração Universal dos Direitos Humanos*, promulgada pela ONU em 1945, após o trauma do nazismo, os direitos humanos tornaram-se parâmetro oficial de funcionamento para todos os países do mundo: ainda que muitas vezes não cumpridos na prática, são ao menos admitidos em teoria.

Naturalmente, em todo este longo processo, o conceito de direitos humanos não ficou imune a mudanças e a lista de direitos reconhecidos como básicos e essenciais aumentou bastante desde Locke. Sistematizando um tanto as coisas, tal como fez o sociólogo britânico Marshall, poderíamos dizer, inclusive, que há três tipos ou gerações de direitos humanos: os direitos civis, os direitos políticos e os direitos sociais.

Também conhecidos como direitos de primeira geração, os direitos civis tornaram-se vigentes no mundo a partir do século XVIII. Seu principal propósito é garantir a liberdade. Em outras palavras, os direitos civis são aqueles que têm como principal objetivo proteger a autonomia do indivíduo, garantindo-lhe o seu domínio sobre si mesmo, sobre suas escolhas e sobre seus bens, defendendo-o das agressões por parte de outros. Exemplos de direitos civis são o direito à vida, o direito à livre expressão, a liberdade religiosa, o direito de ir e vir e o direito de propriedade privada.

Chamados igualmente de direitos de segunda geração, os direitos políticos foram implementados de modo sistemático a partir do século XIX e seu principal objetivo é a valorização da igualdade. Dito de outro modo, os direitos políticos têm por propósito garantir que, por mais socialmente desiguais que os homens sejam, politicamente todos tenham as mesmas possibilidades de interferir nos rumos do Estado e decidir os rumos do país. Seu objetivo é promover a participação política de todos. Exemplos de direitos políticos são o direito ao voto, o direito de ocupar cargos públicos, o direito de formação de partidos políticos, etc.

Por fim, há os direitos sociais, também conhecidos como direitos de terceira geração. Vigentes formalmente na maior parte do mundo apenas a partir do século XX, tais direitos têm por propósito garantir a fraternidade. Assim, o objetivo dos direitos sociais é garantir que todos os cidadãos tenham acesso a um mínimo de qualidade de vida e bem-estar material. O direito ao trabalho, o direito à educação, o direito à saúde, o direito ao transporte, o direito à moradia, o direito à alimentação e o direito à cultura são exemplos desta categoria de direitos.

Há, é verdade, intelectuais hoje que falam ainda de uma quarta, quinta e até sexta geração de direitos. Como, porém, essas novas gerações de direitos não são ainda amplamente consensuais nos meios acadêmicos e nem cobradas nos concursos vestibulares, pararemos por aqui.

EXERCÍCIOS

1. TEXTO I

A ação democrática consiste em todos tomarem parte do processo decisório sobre aquilo que terá consequência na vida de toda coletividade.

GALLO, S. et al. Ética e Cidadania. Caminhos da Filosofia. Campinas: Papirus, 1997 (adaptado).

TEXTO II

É necessário que haja liberdade de expressão, fiscalização sobre órgãos governamentais e acesso por parte da população às informações trazidas a público pela imprensa.

Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br>. Acesso em: 24 abr. 2010.

Partindo da perspectiva de democracia apresentada no Texto I, os meios de comunicação, de acordo com o Texto II, assumem um papel relevante na sociedade por

- orientarem os cidadãos na compra dos bens necessários à sua sobrevivência e bem-estar.
- fornecerem informações que fomentam o debate político na esfera pública.
- apresentarem aos cidadãos a versão oficial dos fatos.
- propiciarem o entretenimento, aspecto relevante para conscientização política.
- promoverem a unidade cultural, por meio das transmissões esportivas.

2. TEXTO I

Olhamos o homem alheio às atividades públicas não como alguém que cuida apenas de seus próprios interesses, mas como um inútil; nós, cidadãos atenienses, decidimos as questões públicas por nós mesmos na crença de que não é o debate que é empecilho à ação, e sim o fato de não se estar esclarecido pelo debate antes de chegar a hora da ação.

TUCÍDIDES. História da Guerra do Peloponeso. Brasília: UnB, 1987 (adaptado).

TEXTO II

Um cidadão integral pode ser definido por nada mais nada menos que pelo direito de administrar justiça e exercer funções públicas; algumas destas, todavia, são limitadas quanto ao tempo de exercício, de tal modo que não podem de forma alguma ser exercidas duas vezes pela mesma pessoa, ou somente podem sê-lo depois de certos intervalos de tempo prefixados.

ARISTÓTELES. Política. Brasília: UnB, 1985.

Comparando os textos I e II, tanto para Tucídides (no século V a.C.) quanto para Aristóteles (no século IV a.C.), a cidadania era definida pelo(a)

- prestígio social.
- acúmulo de riqueza.
- participação política.
- local de nascimento.
- grupo de parentesco.

3. “Pecado nefando” era expressão correntemente utilizada pelos inquisidores para a sodomia. Nefandus: o que não pode ser dito. A Assembleia de clérigos reunida em Salvador, em 1707, considerou a sodomia “tão péssimo e horrendo crime”, tão contrário à lei da natureza, que “era indigno de ser nomeado” e, por isso mesmo, nefando.

NOVAIS, F.; MELLO E SOUZA L. História da vida privada no Brasil. V. 1. São Paulo: Companhia das Letras. 1997 (adaptado).

O número de homossexuais assassinados no Brasil bateu o recorde histórico em 2009. De acordo com o Relatório Anual de Assassinato de Homossexuais (LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais e Travestis), nesse ano foram registrados 195 mortos por motivação homofóbica no País.

Disponível em: www.alemdanoticia.com.br/utimas_noticias.php?codnoticia=3871. Acesso em: 29 abr. 2010 (adaptado).

A homofobia é a rejeição e menosprezo à orientação sexual do outro e, muitas vezes, expressa-se sob a forma de comportamentos violentos. Os textos indicam que as condenações públicas, perseguições e assassinatos de homossexuais no país estão associadas

- à baixa representatividade política de grupos organizados que defendem os direitos de cidadania dos homossexuais.
- à falência da democracia no país, que torna impeditiva a divulgação de estatísticas relacionadas à violência contra homossexuais.
- à Constituição de 1988, que exclui do tecido social os homossexuais, além de impedi-los de exercer seus direitos políticos.
- a um passado histórico marcado pela demonização do corpo e por formas recorrentes de tabus e intolerância.
- a uma política eugênica desenvolvida pelo Estado, justificada a partir dos posicionamentos de correntes filosófico-científicas.

4. Segundo Aristóteles, “na cidade com o melhor conjunto de normas e naquela dotada de homens absolutamente justos, os cidadãos não devem viver uma vida de trabalho trivial ou de negócios — esses tipos de vida são desprezíveis e incompatíveis com as qualidades morais —, tampouco devem ser agricultores os aspirantes à cidadania, pois o lazer é indispensável ao desenvolvimento das qualidades morais e à prática das atividades políticas”.

VAN ACKER, T. Grécia. A vida cotidiana na cidade-Estado. São Paulo: Atual, 1994.

O trecho, retirado da obra Política, de Aristóteles, permite compreender que a cidadania

- possui uma dimensão histórica que deve ser criticada, pois é condenável que os políticos de qualquer época fiquem entregues à ociosidade, enquanto o resto dos cidadãos tem de trabalhar.
- era entendida como uma dignidade própria dos grupos sociais superiores, fruto de uma concepção política profundamente hierarquizada da sociedade.
- estava vinculada, na Grécia Antiga, a uma percepção política democrática, que levava todos os habitantes da pólis a participarem da vida cívica.
- tinha profundas conexões com a justiça, razão pela qual o tempo livre dos cidadãos deveria ser dedicado às atividades vinculadas aos tribunais.
- vivida pelos atenienses era, de fato, restrita àqueles que se dedicavam à política e que tinham tempo para resolver os problemas da cidade.

5. Manifestações artísticas e movimentos políticos caminharam juntos, em diversos momentos da história. Com base na afirmação, assinale quais processos de transformação estão relacionados às figuras a seguir.



1



2



3

- Revolução Inglesa, Revolução Russa e Revolução Francesa.
- Revolução Americana, Revolução Chinesa e Revolução Espanhola.
- Revolução Italiana, Revolução Nicaraguense e Revolução Espanhola.
- Revolução Francesa, Revolução Cubana e Revolução Inglesa.
- Revolução Italiana, Revolução dos Cravos e Revolução Americana.

6. Sobre as práticas eleitorais no Brasil, assinale a(s) alternativa(s) correta(s).
- (01) A eleição de representantes para a ocupação de postos do sistema político é uma prática que teve início no Brasil, após a proclamação da República.
 - (02) A garantia de direito de voto aos analfabetos e às mulheres foi uma das primeiras medidas aprovadas pela legislação eleitoral adotada pelo governo republicano brasileiro nas últimas décadas do século XIX.
 - (04) As adulterações e falsificações realizadas em diversas fases no processo eleitoral eram práticas constantes da política brasileira do início do século XX.
 - (08) O Estado republicano brasileiro jamais experimentou algum tipo de suspensão eleitoral ou proibição de organização partidária, durante sua história.
 - (16) A Constituição de 1988 determina o alistamento eleitoral e o voto como facultativo para todos os maiores de dezoito anos.
- SOMA: ()

7. Tomando-se por base os conceitos essenciais da Sociologia, pode-se caracterizar a cidadania como
- a) condição através da qual o indivíduo tem consciência de seus direitos, deveres e de participar, ativamente, de todas as questões da sociedade.
 - b) a ação de contestação da democracia.
 - c) a rede de solidariedade entre os diversos membros de um grupo social específico.
 - d) a equivalência social da tirania política.
 - e) a aplicação de regras de participação nas políticas de orçamento público.

8. **A década de 1980 foi considerada a década da “redemocratização” no Brasil. O processo de abertura política (“abertura lenta, gradual e segura”, como costumava dizer o general Figueiredo) teve início em 1979, com a volta de exilados políticos, e culminou em 1989, com a realização de eleições presidenciais livres e diretas.**

Considerando a informação, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) O processo de redemocratização do Brasil se fortalece a partir da década de 1980, com a realização de eleições presidenciais livres, embora indiretas, via Colégio Eleitoral em 1985.
- b) **O ano de 1984 foi memorável no Brasil pela campanha das “Diretas Já”, que mobilizou a população em favor de eleições diretas para presidente da República.**
- c) O processo de redemocratização do Brasil se fortalece a partir da década de 1980, com a realização de eleições presidenciais livres e diretas, via Colégio Eleitoral em 1985.
- d) A Assembleia Nacional Constituinte, instaurada em 1987, teve como importante característica a participação popular, **com a apresentação de “emendas populares” para a realização da nova Constituição.**

5

SOC.



QUESTÃO CONTEXTO



O conceito de cidadania surgiu na Grécia antiga, no contexto do surgimento da democracia direta. De acordo com seus conhecimentos sobre o tema explique o que era ser cidadão neste período.

GABARITO

Exercícios

1. b

Os meios de comunicação são muito importantes para um país democrático, pois são eles os responsáveis por transmitir as decisões políticas, cobrir acontecimentos importantes, levantar debates sobre os assuntos importantes, entre outros. Neste sentido, é de extrema importância para a democracia ter uma imprensa neutra, disposta a mostrar a verdade e não informações tendenciosas e oportunistas. Assim como, também é de extrema relevância que haja liberdade de expressão para os meios de comunicação.
2. c

O conceito de cidadania na antiguidade era relacionado ao poder político vigente em uma sociedade. A democracia contemporânea permite que qualquer um seja cidadão desde que esteja em conformidade com a lei. Na antiguidade, o caráter participativo dentro da política determinava quem poderia ser cidadão. Em Atenas por exemplo somente os homens nascidos naquela pólis, e que fossem maiores de 20 anos poderiam ser cidadãos.
3. d

A sociedade ocidental tem um histórico de condenação ao homossexualismo desde a idade Média. O monopólio cultural e ideológico da Igreja católica, desde esse período, fez com que as relações homoafetivas fossem condenadas como crime. Tal tradição veio sendo reproduzida ao longo do tempo através de exclusão, segregação e até mesmo violência a homossexuais que, infelizmente, permanecem até hoje.
4. b

A resposta correta é a letra B, pois a opção interpreta acertadamente a sentença estabelecida por Aristóteles, que vincula o direito à cidadania a um grupo seleto de indivíduos. Deste modo, devemos perceber que até mesmo a política ateniense, símbolo maior da democracia na Antiguidade, fora estabelecida a partir de um série de critérios que limitavam o pleno gozo da cidadania pelos homens que habitavam essa cidade-Estado.
5. d

Os quadros demonstram três momentos da história mundial, de conquistas políticas e ideológicas distintas: no primeiro o tema é a Revolução Francesa, com o sugestivo nome de *A liberdade conduzindo o povo*. A revolução francesa significou a conquista por parte da burguesia (e do povo) de direitos políticos e sociais frente ao absolutismo estatal. Tem importante papel na configuração dos Estados modernos; o segundo quadro mostra a consumação da Revolução Cubana, momento em que o comunismo consegue sua mais importante (e única) vitória na América; o terceiro quadro é representativo da Revolução Inglesa. Apesar de a imagem mostrar uma cena de coroamento, na verdade esta revolução marcou o fim do poder absolutista na Inglaterra e foi um importante passo para o desenvolvimento capitalista posterior.
6. 4

A afirmativa 01 está errada, a eleição de representantes no Brasil não surgiu com a República e mesmo depois de implantada sofreu vários períodos de interrupção ou limitação; a afirmativa 02 está errada, o direito de voto para mulheres e analfabetos só surgiria no Brasil no século XX; a afirmativa 08 está errada, pois o Estado brasileiro enfrentou períodos de exceção democrática – exemplos são a ditadura Vargas e a ditadura militar; a afirmativa 16 está errada, pois o alistamento eleitoral é obrigatório para todos os brasileiros maiores de 18 anos, com poucas exceções definidas na Constituição (conscritos, analfabetos, pessoas com direitos políticos suspensos).

7. a

A alternativa B está incorreta, porque contestar a democracia é justamente contrariar a ideia de cidadania; além disso, com essa ação, o membro do grupo estaria contrariando a vontade coletiva. A alternativa C está incorreta, porque refere-se aos tipos de solidariedade social e não à organização política e de direitos. A alternativa D está incorreta, porque cidadania e tirania política são conceitos opostos e que se excluem reciprocamente. A alternativa E está incorreta, porque corresponde a apenas um dos possíveis aspectos que a cidadania apresenta.

8. c

A alternativa C está errada, porque a eleição via Colégio Eleitoral em 1985 não foi livre e nem direta, uma vez que não contava com a intervenção do povo, que ainda não podia votar para presidente, e nem mesmo tinha eleito os políticos do Colégio que votaram para presidente, naquela eleição.

Questão Contexto

Ser cidadão na Grécia antiga era ter deveres, como por exemplo, participar dos debates nas assembleias. É importante salientar, no entanto, que o conceito de cidadania, neste período, era muito limitado, mulheres, crianças, idosos, escravos e estrangeiros não eram cidadãos.